

## **FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS COLABORATIVAS.**

Autores: Jacyane Ramos de Sousa, ESP/MA - [jacyane.espma@gmail.com](mailto:jacyane.espma@gmail.com); Ellen Rose Sousa Santos, ESP/MA – [ellenrose.espma@gmail.com](mailto:ellenrose.espma@gmail.com); Dayana Dourado de Oliveira Costa, ESP/MA – [dayanadourado@gmail.com](mailto:dayanadourado@gmail.com); Kelliane Mendes Cunha, ESP/MA – [kmc.kelli@gmail.com](mailto:kmc.kelli@gmail.com).

A necessidade de implementação de novas tecnologias em saúde, demandas por decisões adequadas à complexidade do processo de cuidar, a necessidade de melhorias dos indicadores e da qualidade da atenção ofertada à saúde dos usuários expressam fortemente a necessidade do efetivo trabalho em equipe com práticas colaborativas e interação de ações focadas nos usuários, nas famílias e na comunidade (MENDES, 2015). Essas demandas impulsionam a gestão setorial a buscar estratégias educativas que ofereçam subsídios aos profissionais, no intuito de qualificar a atenção à saúde. No entanto, frequentemente observa-se o desenvolvimento de processos educativos fragmentados, com atividades pontuais e transitórias e sem um planejamento entre os setores, dificultando a compreensão sobre a realidade do serviço, bem como a definição de estratégias e metas alcançáveis por todo o pessoal envolvido em determinado problema (JULIÃO; BEIRA; FERRARI, 2017; ELIANA, 2016). Além disso, ainda existe uma considerável lacuna entre a formação profissional e o desenvolvimento de competências profissionais necessárias para o trabalho em saúde, dificultando ainda mais a implementação de processos educativos focados no trabalho e que ampliem os horizontes principalmente no que diz respeito à Educação Interprofissional (EIP) (REUTER; SANTOS; RAMOS, 2018). Essa por sua vez, estimula o processo de aprendizagem compartilhado e interativo e o desenvolvimento de habilidades indispensáveis para a prática colaborativa (ALMEIDA; TESTON; MEDEIROS, 2019). Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde apresenta-se como estratégia político pedagógica de incentivo à organização das ações e dos serviços em uma perspectiva intersetorial, valorizando o diálogo, a construção compartilhada do conhecimento, a emancipação e a produção individual e coletiva. O objetivo é a qualificar os processos de trabalho em saúde, para a “melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e o fortalecimento do sistema de saúde” (BRASIL, 2018). Assim, a Educação Permanente em Saúde pode proporcionar mudanças na realidade de trabalho dos profissionais envolvidos a medida que estimula a problematização e reflexão crítica sobre os problemas que comprometem a atenção à saúde, buscando fortalecer nos processos formativos não somente os conhecimentos técnico-científicos, mas também o planejamento do processo de trabalho (ALMEIDA, et al., 2016). Desta forma, a EPS destaca-se pela valorização do trabalho como fonte de conhecimento, articulação do cotidiano com o processo de construção de saberes úteis para o trabalho e o desenvolvimento de ações educativas que promovam a transformação e melhoria da qualidade da atenção ofertada em uma dada realidade. Por isto, a educação deve ser trabalhada de maneira permanente e dinâmica, buscando construir espaços coletivos para a reflexão e avaliação, pondo o cotidiano do trabalho constantemente em análise (ALMEIDA, et al., 2016). No Brasil, a Educação Permanente em Saúde nasceu enquanto política pública em 2004, com a instituição da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), através da Portaria Ministerial nº 198, que propõe a implementação da EPS como estratégia para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o SUS (BRASIL, 2004). Em 2007, a referida política foi complementada pela Portaria Ministerial nº 1.996, que reforçou que os processos de qualificação dos trabalhadores da saúde devem ter como referência as necessidades das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde, tendo como principal objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho a partir da problematização da atuação, tendo a atualização técnico-científica apenas como um dos aspectos da transformação das práticas e não seu foco central. Nesse contexto, instituíram-se os Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEP) com a função planejar, organizar e fornecer apoio aos profissionais no

planejamento e desenvolvimento das ações de Educação Permanente em Saúde, fortalecendo a sua operacionalização. Em 2019, a Escola de Saúde Pública do Maranhão (ESP/MA) realizou a formação dos profissionais que atuam nos NEP em todas as unidades hospitalares do Estado do Maranhão. A ESP/MA foi criada em 2003 e realiza, dentre outras ações, a formação e qualificação dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). **OBJETIVO:** O objetivo deste relato é descrever o desenvolvimento das oficinas de capacitação dos profissionais que atuam nos Núcleos de Educação Permanente em Saúde das unidades hospitalares do Estado do Maranhão. **MÉTODO:** Trata-se de um relato de experiência das oficinas “*Metodologias Ativas como ferramenta estratégica para o SUS*”, que foram realizadas em 2019, com profissionais que atuam nos Núcleos de Educação Permanente em Saúde de 33 unidades hospitalares do Maranhão, estado localizado no nordeste brasileiro. **DESENVOLVIMENTO:** A capacitação foi dividida em momentos de concentração e momentos de dispersão. A concentração refere-se aos momentos de reflexão/teorização da prática profissional, apropriação e ao desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, visando à construção teórica de princípios que instrumentalizem a prática profissional. A dispersão são os momentos destinados à apropriação e ao desenvolvimento das habilidades a partir dos conhecimentos apreendidos nos momentos de concentração (MARANHÃO, 2014). Foram realizadas 32 horas de concentração e 28 horas de dispersão, totalizando 60 horas de capacitação. Inscreveram-se na formação 43 pessoas e 33 foram capacitadas. A evasão foi de 14,19%. A capacitação iniciou com uma dinâmica de acolhimento onde estimulou-se além da apresentação, uma discussão inicial sobre a importância da Educação Permanente em Saúde como estratégia para o desenvolvimento de práticas colaborativas e sobre os desafios que os profissionais dos serviços enfrentam cotidianamente para a implementação das ações de EPS. Em seguida, foi realizada a primeira oficina sobre conceitos da Educação Permanente em Saúde, onde cada participante escreveu e apresentou um conceito da EPS. Observou-se bastante confusão e dificuldade de conceituar a EPS e também de diferenciá-la de outros tipos de educação na saúde, como a Educação Continuada e a Educação em Saúde. Após esse diagnóstico inicial, realizou-se a fundamentação teórica sobre a Educação Permanente em Saúde. Os participantes realizaram a leitura de um texto onde puderam ter contato com o conceito da Educação Permanente em Saúde e outras estratégias como a Educação Continuada e Educação em Saúde. Após a leitura e discussão sobre os conceitos, o grupo foi estimulado a olhar para os seus planos de Educação Permanente em Saúde (solicitado previamente) e refletissem se aquelas ações eram realmente de educação permanente. Nesse momento muitos reconheceram que os seus planejamentos deveriam ser ajustados pois boa parte das ações contidas neles eram cursos pontuais e voltados para uma categoria profissional específica, diferente da proposta da Educação Permanente em Saúde. Na oficina seguinte, foi solicitado que eles elaborassem uma ação de EPS, de acordo com as necessidades do serviço. O levantamento das necessidades que foram trabalhadas nessa oficina também foi solicitado previamente. Outro aspecto trabalhado na formação foi em relação à metodologia das ações de EPS planejadas. As diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente recomenda a utilização de metodologia problematizadora (BRASIL, 2007). Discutiu-se sobre as etapas da Metodologia da Problematização, para a qual a primeira referência é o Arco de Margueres, de Charles Magueres (esquema apresentado por Bordenave e Pereira em 1977). O objetivo da Metodologia da Problematização é orientar os estudantes no seu desenvolvimento pessoal, social e profissional (FREIRE, 1994; MITRE, 2008). Os processos educativos desenvolvidos com a utilização dessa metodologia são preparados para identificar necessidades e elaborar propostas que ajudem a superá-las, além de promover a aproximação do ensino com os serviços de saúde e fomentar um olhar mais apurado e uma prática contextualizada com as necessidades de cada realidade (FREIRE, 1994; MITRE, 2008). Para eles, o entendimento dessa metodologia é de primordial importância pois essa poderá ser a base para o planejamento das ações dos NEP, assim como também deverá ser disseminada entre os profissionais no sentido de que estes também se sintam aptos à utilizá-las nas ações de educação permanente em saúde entre os membros das equipes, estimulando-os a pensar e

refletir coletivamente sobre o trabalho em saúde. Como atividade de dispersão, foi solicitado que eles realizassem planejamento de ações de acordo com as necessidades identificadas no trabalho, para ser discutido no segundo encontro. Na avaliação final da oficina, destacou-se diversas contribuições dessa capacitação para a melhoria do trabalho nos Núcleos de Educação Permanente em que atuam, além da importância desse apoio por parte do estado, de maneira permanente. A partir dessa experiência, propõe-se o desenvolvimento de novas capacitações para esse público. **CONCLUSÃO:** Acredita-se que a capacitação desses profissionais fortaleça o trabalho dos mesmos enquanto atores importantes na disseminação da Educação Permanente em Saúde nos serviços de saúde. Espera-se que as discussões tenham despertado o desejo de um novo modo de pensar-fazer crítico-reflexivo, comprometido com o desenvolvimento dos profissionais, e que a atuação dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde seja cada vez mais efetiva.

**PALAVRA-CHAVES:** Educação Permanente; Educação Interprofissional; Profissionais da Saúde.

## REFERENCIA

ALMEIDA J. R. S, *et al.* Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para refletir sobre o processo de trabalho. **Revista da ABENO**, v. 16, n. 2, 2016.

ALMEIDA R. G. S., TESTON E. F., MEDEIROS A. A. A interface entre o PET-Saúde/Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Saúde Debate**, v. 43, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 198 de 13 de fevereiro de 2004. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 1.996 de 20 de agosto de 2007. Diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Planejamento das Ações de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde: Orientações Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – Brasília. 2018.

BORDENAVE, J. D., PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino aprendizagem. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

FREIRE P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1994.

JULIÃO E. F., BEIRA H. J. V., FERRARI G. M. As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB. **Unisul**, v.11, n. 19, p. 40 - 57, 2017.

MARANHÃO. Projeto Político Pedagógico: Escola Técnica do SUS/MA. 2014.

MENDES, E. V. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2015.

MITRE et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais, Ciênc. saúde coletiva, v.13, Rio de Janeiro, 2008

NAGAMINI E. (Organizadora). Processos educativos na interface Comunicação e Educação. **Editus**, Ilheus, 2016.

REUTER C. L.; SANTOS V. C. F.; RAMOS A. R. O exercício da interprofissionalidade e da intersetorialidade como arte de cuidar: inovações e desafios. Esc. Anna Nery, v. 22, n. 4, Rio de Janeiro, 2018.